RUFANDO BOMB NEWS Notícias sem rodeios

Quinta-Feira, 05 de Novembro de 2026

Polícia Civil deflagra Operação Rota Paralela contra esquema de desvio de combustíveis em MT

Investigação da Deccor identifica desvio de R$ 2,8 milhões em concessionária de rodovias de Mato Grosso

A Polícia Civil de Mato Grosso iniciou, nesta quarta-feira (4), a **Operação Rota Paralela**, com foco em desmantelar uma rede criminosa especializada no desfalque de combustíveis. A ação envolve servidores e colaboradores externos ligados a uma concessionária gestora de vias estaduais.

Ao todo, foram expedidas 23 ordens judiciais, compreendendo sete mandados para busca e coleta de material, seis medidas alternativas à prisão preventiva, seis decisões de congelamento de contas bancárias e quatro proibições de circulação de veículos. Todas as determinações partiram do Poder Judiciário após análises minuciosas da Delegacia Especializada de Combate à Corrupção (Deccor).



O Tribunal autorizou igualmente a apreensão e indisponibilidade de patrimônio e numerário chegando a R$ 2.796.942,48, além de acesso facilitado a informações contidas em computadores, telefones e outros dispositivos porventura localizados durante as operações.

As diligências ocorrem em Cuiabá, Várzea Grande, Colíder e Alto Taquari, contando com colaboração de investigadores lotados nas Delegacias de Alto Araguaia e Colíder.



Detalhes da investigação

A Deccor iniciou seus trabalhos após a própria concessionária comunicar anomalias nas operações com cartões corporativos. Esses instrumentos de pagamento eram destinados unicamente ao reabastecimento de frotas e maquinário empregados em restauração e operação das estradas estaduais.

Conforme as apurações realizadas, o ilícito envolvia o aproveitamento desses cartões para simular abastecimentos não existentes ou completamente desvinculados das operações legítimas, facilitando o desvio de combustível e a acumulação de créditos junto a postos e similares.



Os achados sugerem que os encarregados da administração desses cartões aproveitaram sua posição hierárquica para executar transações irregulares, potencialmente com auxílio de terceiros no processo de comercialização dos produtos combustíveis.

O exame pormenorizado de 26.113 operações de abastecimento, registradas entre janeiro de 2024 e julho de 2025, revelou 6.520 transações com sinais de irregularidade, perfazendo soma aproximada de R$ 2,8 milhões.



Dentre os indícios coletados, destacam-se recargas realizadas em horários noturnos avançados, múltiplas operações em espaço temporal insuficiente para a autonomia dos veículos e movimentações de cartões relacionados a máquinas que não comportariam os quantitativos movimentados.

Diante das evidências compiladas, o delegado requereu e o magistrado acolheu todas as medidas acautelatórias ora implementadas. As providências judiciais buscam intensificar as investigações, precisar responsabilidades individuais dos suspeitos, garantir a integridade das provas e viabilizar o ressarcimento dos montantes apropriados indevidamente.